



Anais da Assembléia

Nº 106

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE AGOSTO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado QVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 11:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT - 07:** Algaci Ormário Túlio - Emília de Sales Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Riacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB - 03:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB - 12:** Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademair Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL - 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 81.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 1994

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Toti Colaço.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Servo, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (45). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Caíto Quintana, Duílio Genari, José Afonso Júnior, Mário Bezerra, Nelson Justus, Nilton Barbosa e Ovídio Constantino (07). Achando-se em licença a Sra. Deputada Emilia Belinati e o Sr. Deputado Cezar Silvestri (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 099/94.

Curitiba, 10.08.94

Senhor Presidente.

Em conformidade com as disposições do art. 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita,

ao Município de Curitiba, o imóvel constituído por dois prédios, de três pavimentos, em alvenaria, situados nesta Capital, sob nº 161, da Rua Saldanha Marinho e nº 50 da Rua Cruz Machado, com o respectivo terreno, com área de 462,00m², de propriedade do Estado, conforme Escritura Pública de Doação, lavrada em 31.08.62, às fls. 196, do Livro 142/N, nas notas do 5º Tabelião de Curitiba.

A medida legal ora submetida a essa Casa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que visa a regularização da cessão do aludido imóvel, feita pela Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, em favor do Município de Curitiba, conforme consta do Termo de Cooperação Técnico-Financeira celebrado entre as referenciadas partes e que objetiva o atendimento e amparo aos menores carentes, assistidos pela Casa do Pequeno Jornaleiro, cuja administração passou para a esfera municipal.

Nestas condições e desde que o Município de Curitiba assumiu a responsabilidade pela administração daquela instituição, nada mais justo e oportuno de que se revista a questionada cessão de uso, do necessário suporte legal.

Cabe, ainda, ressaltar que o anteprojeto de lei em epígrafe contém disposições no sentido de que o imóvel será utilizado exclusivamente para as finalidades previstas, sob pena de automático cancelamento da cessão, que durará até 03/07/97, prazo já estabelecido no antes mencionado Termo de Cooperação Técnico-Financeira, podendo ser prorrogada por mais 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes.

Quanto à exceção proposta, visando autorizar a cessionária a conveniar com órgãos públicos, sobre o uso de partes disponíveis do imóvel, decorre de solicitação formulada pela Secretaria Municipal da Criança, no sentido de que o Estado autorize a cessão de uso de espaços ociosos a referidos órgãos, cuja contrapartida será revertida em benefício dos educandos da Casa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Por força do art. 10 da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Curitiba, o imóvel de propriedade do Estado, constituído por dois prédios de três pavi-

mentos, em alvenaria, situado nesta Capital, sob n° 161, da Rua Saldanha Marinho e n° 50 da Rua Cruz Machado e respectivo terreno, medindo 17,55m de frente para a Rua Saldanha Marinho e 14,55m de frente para Rua Cruz Machado com uma área total de 462,00m², havido por doação, através de Escritura Pública de Doação, lavrada em 31.08.62, às fls. 196 de Livro 142/N, nas notas do 5° Tabelião de Curitiba.

Art. 2° - O imóvel de que trata o art. 1° desta lei será utilizado para atendimento e amparo a menores carentes, segundo as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal n° 8.069, de 13 de julho de 1990, podendo excepcionalmente, seus eventuais espaços ociosos serem cedidos, através de convênio, a órgãos públicos, desde que haja contrapartida em benefício da própria Instituição e dos menores por ela assistidos, durando a presente cessão até 03.07.97, com possibilidade de prorrogação pelo tempo de mais 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não permitida sua utilização para outras finalidades que não as previstas, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, a cessionária responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, assim como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuro ressarcimento, devendo o prédio continuar sob a denominação de "Casa do Pequeno Jornaleiro-CAPEJO."

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 100/94

Curitiba, 22 de agosto de 1994.
Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 9°, da Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, cumpro-me dar ciência a essa egrégia Assembléia Legislativa de que o Poder Executivo, com base em autorização prescrita na referência legal retromencionada, baixou e fez publicar o Decreto n° 3.869, de 05 de agosto de 1994.

O referido Decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa

Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária aos convênios firmados com a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE e o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, para execução do Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEA.E.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

DECRETO N° 3869

O Governador do Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no artigo 9°, inciso III da Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993,

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de R\$ 10.722.103,00 (dez milhões, setecentos e vinte e dois mil, cento e três reais), de acordo com o Anexo I deste decreto.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente dos rendimentos de aplicação financeira do convênio n° 246/93 e da celebração do convênio 2596/94, firmados com a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE e o Governo do Estado do Paraná, através do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II deste decreto.

Art. 4° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 05.08.94.

173° da Independência e 106° da República.

(aa) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

CARLOS ARTUR KRUGER PASSOS
Secretário de Estado do Planejamento
e Coordenação Geral

IMPLEMENTACAO		ANEXO I		FL. 01		I	
DESPESA		ANEXO AO DECRETO NO.		RS 1,00		I	
		3869					
IGOI	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IL I	VALOR	IN. DOI	IPROCI
I		DESPESA	IFTI	IRI		ICOP	I
400	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I	I		I	I
	I- ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I		I	I
	I	I	I	I		I	I
470	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO	I	I	I		I	I
	EDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR	I	I	I		I	I
769	APOIO LOGISTICO AS ESCOLAS	I	I	I		I	I
	ESTADUAIS E AO ESTUDANTE	I	4130.00	1771	10.722.103	125261	
		TOTAL		I	10.722.103	I	

IMPLEMENTACAO		ANEXO I I		FL. 02		I	
RECEITA		ANEXO AO DECRETO NO.		RS 1,00		I	
		3869					
ODIGO	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	IPROCI	
	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO -	I	I			I	I
	ENTIDADES VINCULADAS	I	I			I	I
	I	I	I			I	I
	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO	I	I			I	I
	EDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR	I	I			I	I
0.10.77	EXCESSO DE ARRECADACAO - CONVENIOS COMI	77	I		10.722.103	125261	
	ORGaos FEDERAIS	I	I			I	I
		TOTAL		I	10.722.103	I	

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 103/94

Curitiba, 30 de agosto de 1994.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reajustar, a partir de 1° de setembro de 1994, na forma das tabelas que o integram, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares ativos e inativos e os salários do pessoal contratado nos termos da Lei n° 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo. Visa, ainda esta proposição, a adoção de outras disposições, entre as quais destacam-se a elevação dos valores do do salário-família, das pensões especiais pagas pelo Estado, de várias gratificações, inclusive da de Regência de Classe, assim como a fixação da remuneração dos ocupantes de cargos de Secretário de Estado e, também, a previsão de abertura de crédito adicional, até o montante de

R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para a concessão de vale transporte aos servidores públicos estaduais, conforme regulamentação por decreto.

A medida constante do plano de lei ora submetido à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, consubstancia o resultado de estudos conjuntos feitos pelas Secretarias de Estado da Administração, da Fazenda e do Planejamento, cujas conclusões, como não poderia deixar de ser, tiveram por limite a atual situação do erário estadual e as previsões da receita do Estado para os próximos meses. Esta proposição retrata o grande esforço e a constante preocupação do atual Governo do Estado que, desde seu início, vem desenvolvendo no sentido de assegurar ao funcionalismo civil e militar do Estado níveis remuneratórios justos e atualizados, mas, obviamente, atendendo os preceitos da Magna Carta Federal (Art. 169 e art. 38/DT), que impõem limitações aos gastos com a folha de pagamento da remuneração dos servidores públicos de todas as esferas de governo, obdecendo, ainda, o que determinam os arts. 137 e 17/DT, da Constituição Estadual, especificamente em relação às despesas com o funcionalismo do

Estado do Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 30.08.94.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos servidores militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, ficam reajustados, a partir de 1º de setembro de 1994, em 12% (doze por cento), na forma das tabelas que constituem o Anexo I desta lei.

Art. 2º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete, ficam reajustados, a partir de 1º de setembro de 1994, em 12% (doze por cento).

Art. 3º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em R\$ 0,90 (noventa centavos de real) e o valor das Pensões Especiais, em R\$ 101,04 (cento e um reais e quatro centavos), a partir de 1º de setembro de 1994.

Art. 4º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em R\$ 6,50 (seis

reais e cinquenta centavos), a partir de 1º de setembro de 1994.

Art. 5º - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado fica fixada, a partir de 1º de setembro de 1994, em R\$ 1.496,89 (hum mil, quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e nove centavos), sendo R\$ 636,17 (seiscentos e trinta e seis reais e dezessete centavos) de vencimento básico e R\$ 860,72 (oitocentos e sessenta reais e setenta e dois centavos) de Gratificação Especial pelo exercício do cargo.

Art. 6º - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que trata o art. 10, da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979 e o art. 2º, da Lei nº 8.934, de 26 de janeiro de 1989, fica fixado em R\$ 1,12 (um real e doze centavos), a partir de 1º de setembro de 1994.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional até o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para a implantação da concessão de vale-transporte aos servidores públicos estaduais, utilizando como recurso quaisquer das formas previstas no art. 43, § 1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos nos artigos 1º e 6º, ficando revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I - TABELA 1
PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

1) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

PARÂMETRO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	101.04	135.08	109.28	113.65	118.20	122.92	127.84	132.96	138.29	143.80	149.56
B	111.14	145.58	120.21	125.02	130.02	135.22	140.63	146.25	152.10	158.19	164.56
C	122.25	157.24	132.25	137.32	143.02	148.74	154.69	160.88	167.31	174.00	180.96
D	134.36	169.80	145.35	151.27	157.32	163.51	169.86	176.38	183.09	189.96	197.00
E	147.47	183.54	159.50	166.49	173.65	180.97	188.57	196.38	204.40	212.64	221.12
F	161.58	198.23	174.50	182.54	190.80	199.27	207.97	216.88	226.01	235.36	244.96
G	176.69	213.89	190.50	200.58	210.92	221.51	232.37	243.50	254.91	266.60	278.58
H	192.80	230.59	207.52	218.72	230.20	241.97	254.03	266.38	279.03	291.98	305.24
I-III	417.62	434.33	451.70	469.77	488.56	508.10	528.43	549.56	571.55	594.41	618.19
I-II	481.94	501.22	521.26	542.11	563.80	586.35	609.81	634.20	659.57	685.95	713.39
I-I	556.16	578.40	601.54	625.60	650.62	676.65	703.72	731.86	761.14	791.58	823.25

B) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

Padrão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	75,76	78,81	81,96	85,24	88,66	92,19	95,86	99,58	103,37	107,25	111,17
B	89,35	92,69	96,10	99,57	103,11	106,71	110,37	114,09	117,87	121,70	125,58
C	91,07	94,56	98,12	101,74	105,42	109,15	112,93	116,76	120,63	124,55	128,51
D	100,80	104,89	109,07	113,34	117,70	122,14	126,65	131,22	135,85	140,53	145,26
E	110,74	115,38	120,10	124,89	129,75	134,68	139,67	144,72	149,83	154,99	160,20
F	122,04	126,92	131,88	136,91	141,99	147,13	152,33	157,58	162,88	168,23	173,63
G	144,01	149,77	155,60	161,49	167,44	173,45	179,51	185,62	191,78	197,99	204,25
H	170,51	176,74	183,14	189,60	196,12	202,70	209,34	216,03	222,77	229,56	236,40
I	201,22	208,75	216,38	224,09	231,87	239,71	247,61	255,56	263,56	271,61	279,71
J	261,40	270,91	280,45	290,02	299,62	309,25	318,91	328,60	338,32	348,07	357,85
K	417,12	433,80	451,15	469,20	487,97	507,49	527,79	548,91	570,85	593,63	617,24

C) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

Padrão	313,12	325,75	338,76	352,03	365,46	379,08	392,86	406,77	420,80	434,95	449,24
L	361,40	376,91	392,45	408,02	423,62	439,25	454,91	470,60	486,32	502,07	517,85
M	417,12	433,80	451,15	469,20	487,97	507,49	527,79	548,91	570,85	593,63	617,24

Curitiba, 14

PROFESSOR DE PEDAGOGIA

PROFESSOR DE PEDAGOGIA

PROFESSOR DE PEDAGOGIA

NÍVEL

VALOR

01	25,80
02	24,28
03	24,70
04	25,28
05	25,76
06	26,24
07	26,80
08	27,34
09	27,89
10	28,43
11	29,01
12	29,59
13	30,18
14	30,77
15	31,40
16	32,04
17	32,67
18	33,33
19	33,97
20	34,61
21	35,27
22	35,93
23	36,60
24	37,27
25	37,95
26	38,63
27	39,31
28	40,00
29	40,69
30	41,38
31	42,07

VIGENCIA: SETEMBRO DE 1994

TABELA III

CARGOS EM COMISSAO DO PODER EXECUTIVO

A - CARGOS DE DIRECAO E ACESSORAMENTO DO -
PERIOD - DAS

SÍMBOLO	DAS-1	355.45
	DAS-2	313.72
	DAS-3	292.38
	DAS-4	250.01
	DAS-5	228.66

B - CARGOS EM COMISSAO

SÍMBOLO	1-C	147.08
	2-C	138.28
	3-C	125.80
	4-C	116.20
	5-C	109.23
	6-C	102.87
	7-C	96.51
	8-C	90.72
	9-C	85.58
	10-C	80.18
	11-C	76.15
	12-C	72.35
	13-C	68.73
	14-C	65.29
	15-C	62.03

C - FUNCAO GRATIFICADA

SÍMBOLO	1-F	8.96
	2-F	7.61
	3-F	6.71
	4-F	5.68
	5-F	4.92
	6-F	4.01
	7-F	3.12
	8-F	2.89
	9-F	2.19
	10-F	1.78

VIGENCIA SETEMBRO DE 1994

TABELA IV

QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO

REFEREN	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	93.81	107.88	129.46	148.88	171.21
2	98.50	113.28	135.93	156.32	179.77
3	103.43	118.94	142.73	164.14	188.76
4	108.60	124.89	149.87	172.35	198.20
5	114.03	131.73	157.36	180.96	208.11
6	119.73	137.89	165.23	190.01	218.51
7	125.72	144.57	173.49	199.51	229.44
8	132.00	151.60	182.16	209.49	240.91
9	138.60	159.39	191.27	219.96	252.93
10	145.53	167.36	200.83	230.96	265.60
11	152.81	175.73	210.88	242.51	278.88

010 07/94

TABELA V

QUADRO UNICO
PROP. S/HABIL. E PROP. REGIONALISTA

REFERENCIA	S/HABILIT.	REGIONAL.
1	93.81	93.81
2	98.50	98.50
3	103.43	103.43
4	108.60	108.60
5	114.03	114.03
6	119.73	119.73
7	125.72	125.72
8	132.00	132.00
9	138.60	138.60
10	145.53	145.53
11	152.81	152.81

TABELA DE SELEÇÃO DE 1974

TABELA VI

INSTITUTO DE SAÚDE DO PARANÁ

CLASS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	101.04	107.24	113.83	120.02	126.25	136.12	144.39	153.36	162.79	172.77	183.40
B	113.03	120.02	126.24	136.12	144.38	153.36	162.78	172.76	183.37	194.63	206.62
C	126.14	136.11	144.38	153.35	162.77	172.77	183.37	194.53	206.61	217.50	232.78
D	144.47	153.35	162.77	172.77	183.36	194.50	206.60	217.50	232.77	242.07	262.25
E	162.76	172.76	183.37	194.64	206.60	217.49	232.75	242.06	262.24	278.56	295.45
F	183.37	194.63	206.57	217.28	232.75	242.05	262.23	278.34	295.46	313.57	332.85
G	206.53	217.37	230.96	242.35	257.67	271.03	286.57	303.42	320.71	338.60	358.25
H	230.14	240.04	253.22	266.76	281.75	296.28	312.43	328.31	345.03	361.70	378.44
I	253.76	264.09	275.48	287.18	299.83	305.32	324.29	344.21	365.35	387.80	411.62
J	275.53	287.39	310.96	324.35	337.67	351.03	368.57	386.42	405.71	425.60	449.25

TABELA DE SELEÇÃO DE 1974 (CONTINUAÇÃO)

CLASS	1	2	3	4	5	6	7	8
DETA-DE	241.31	253.79	266.76	278.64	290.12	303.97	318.78	334.24
DETA	270.75	284.76	299.83	317.32	333.02	349.00	366.39	384.62

Y	10	11	12	13	14	15
340.00	402.06	426.52	394.36	364.46	336.75	311.14
230.04	231.03	213.46	197.23	182.23	168.37	155.57

PROFESSORES CELETISTAS
VIGÊNCIA: SETEMBRO DE 1994

TABELA VIII

ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE HABILITAÇÃO	VALOR DA HORA/AULA
PROFESSOR DE 5ª, 6ª, 7ª, 8ª E 9ª GRAU	LICENCIATURA PLENA	2.10
	LICENCIATURA CURTA	1.59
	GRADUADO LICENCIADO	1.32
ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE HABILITAÇÃO	SALÁRIO
PROFESSOR DE CLASSE 1ª / 4ª	PROFESSOR DE 20. GRAU	108.43

VIGÊNCIA: SETEMBRO DE 1994

TABELA VII

QUADRO ÚNICO - PROFESSOR EMPREGADO

LP - LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	179.32
LP - LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	122.26
LP - LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	81.51
LC - LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	135.39
LC - LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	92.45
LC - LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	61.63
GL - GRADUADO LICENCIADO - 22 HORAS	112.79
GL - GRADUADO LICENCIADO - 15 HORAS	77.04
GL - GRADUADO LICENCIADO - 10 HORAS	51.36

VIGÊNCIA: DE FEVEREIRO DE 1994

SALÁRIOS DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Tabela IX

DESCRIÇÃO DO CARGO	TIME	T-40	REDE	REDE	REDE	REDE	REDE	REDE	REDE	REDE
		UM TIME	T-40	T-34(1)	T-28(2)	T-24	T-20	T-12	T-10	T-09
F61 PROF. AUXILIAR N. 1	231,36	656,02	460,66	357,56	294,46	252,40	210,33	126,20	103,17	94,65
F62 PROF. AUXILIAR N. 2	238,30	671,58	453,28	356,27	303,30	259,77	216,64	129,93	108,32	97,49
F63 PROF. AUXILIAR N. 3	245,45	691,73	466,28	379,34	312,40	267,77	223,14	133,60	111,37	100,41
F64 PROF. AUXILIAR N. 4	252,82	712,48	459,67	370,72	321,77	273,80	229,83	137,90	114,92	103,43
F61 PROF. ASSISTENTE N. 1	304,54	809,26	553,72	470,66	387,60	332,23	276,66	166,11	138,43	124,59
F62 PROF. ASSISTENTE N. 2	311,68	804,01	570,33	464,76	377,23	342,20	285,16	171,10	142,38	128,32
F63 PROF. ASSISTENTE N. 3	323,07	910,33	587,44	477,32	411,21	354,46	293,72	176,23	146,86	132,17
F64 PROF. ASSISTENTE N. 4	332,76	937,84	605,06	514,30	423,34	363,04	302,33	181,32	151,26	136,14
F61 PROF. ADOLESCENTE N. 1	304,54	809,26	553,72	470,66	387,60	332,23	276,66	166,11	138,43	124,59
F62 PROF. ADOLESCENTE N. 2	311,68	804,01	570,33	464,76	377,23	342,20	285,16	171,10	142,38	128,32
F63 PROF. ADOLESCENTE N. 3	323,07	910,33	587,44	477,32	411,21	354,46	293,72	176,23	146,86	132,17
F64 PROF. ADOLESCENTE N. 4	332,76	937,84	605,06	514,30	423,34	363,04	302,33	181,32	151,26	136,14
F61 PROF. ADOLESCENTE N. 1	354,41	978,60	634,37	547,73	451,07	386,63	322,19	193,32	161,10	144,99
F62 PROF. ADOLESCENTE N. 2	363,03	1.020,77	662,72	564,16	464,56	378,23	331,86	199,12	163,93	149,34
F63 PROF. ADOLESCENTE N. 3	376,00	1.037,63	683,63	581,09	478,34	410,10	341,86	203,09	170,91	153,82
F64 PROF. ADOLESCENTE N. 4	387,28	1.091,42	704,14	598,32	492,96	422,48	352,07	211,24	176,04	158,43
F61 PROF. ILUMIN. N. 1	414,37	1.167,82	753,43	640,42	527,40	452,06	376,72	226,03	188,36	169,52
F62 PROF. ILUMIN. N. 2	426,62	1.202,85	776,03	659,63	543,22	463,32	388,02	232,81	194,31	174,61
F63 PROF. ILUMIN. N. 3	439,62	1.238,94	799,31	679,42	559,32	479,57	399,66	239,79	199,83	179,85
F64 PROF. ILUMIN. N. 4	452,81	1.276,11	823,29	699,80	576,31	493,90	411,65	246,95	205,82	185,24

IVIGENCIA: SETEMBRO DE 1994

TABELA X

COORDENADOR DA RECEITA DO ESTADO

A - CARGOS EFETIVOS

	COL	I	II	III	IV
AGENTE FISCAL 2	C	370.58	374.40	378.22	382.04
AGENTE FISCAL 2	E	368.30	369.12	362.94	356.76
AGENTE FISCAL 2	A	340.02	343.84	347.66	351.48
AGENTE FISCAL 2	C	325.74	321.56	332.38	336.20
AGENTE FISCAL 2	E	309.46	313.28	317.10	320.92
AGENTE FISCAL 2	A	294.18	297.99	301.81	305.63
AGENTE FISCAL 3	C	281.00	284.82	287.64	281.46
AGENTE FISCAL 3	E	267.22	240.64	244.16	247.68
AGENTE FISCAL 3	A	223.36	226.96	230.37	233.81
AGENTE FISCAL 4	D	136.64			
AGENTE FISCAL 4	C	141.08			
AGENTE FISCAL 4	B	127.90			
AGENTE FISCAL 4	A	103.92			

B - CARGOS EM COMISSAO

	COL	R\$
DIRETOR	B	477.56
CHefe GERAL TRIB.	E	448.90
CHefe GERAL ARRE.	B	448.90
CHefe GERAL FISC.	B	448.90
CHefe DE ARREBOS.	E	448.90
COORDENADOR TECNICO	C	425.03
ASSISTENTE TECNICO	C	425.03
DELE. REGIONAL DE	C	425.03
AUXILIAR TECNICO	B	410.70

TABELA XI

VIGENCIA SETEMBRO DE 1994		FILIOLOS									
NÍVEL CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	647,36	666,78	686,78	707,39	728,61	750,47	772,98	796,17	820,06	844,66	870,00
B	572,69	590,07	607,77	626,01	644,79	664,13	684,05	704,58	725,71	747,49	769,91
C	506,98	522,19	537,85	553,99	570,61	587,73	605,36	623,52	642,22	661,49	681,34
D	448,65	462,11	476,98	490,26	504,96	520,11	535,72	551,79	568,34	585,39	602,95
E	390,11	401,81	413,87	426,26	439,07	452,24	465,81	479,79	494,18	509,00	524,28

CLASSE	VALOR DE HORA/ VOD FILIOLOS	VALOR DE HORA/ VOD FILIOLOS
A, B e C	8,49	12,98
D	4,24	8,97

TABELA XII

QUADRO DE ADVOGADOS - 40 HORAS

VIGENCIA SETEMBRO DE 1994

ADVOGADO DE PRIMEIRA CLASSE	304,92
ADVOGADO DE SEGUNDA CLASSE	289,67
ADVOGADO DE TERCEIRA CLASSE	275,19
ADVOGADO DE QUARTA CLASSE	261,43
ADVOGADO DE QUINTA CLASSE	248,36

VIGILÂNCIA SÉTIMANO DE 1994

TABELA XIII

TABELA DE PREÇOS AL DO DIA 1º DE JANEIRO DE 1994

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	313 23	322 00	330 19	338 04	346 44	354 07	362 04	370 04	378 19	386 08	393 66
B	363 30	377 88	393 00	408 72	425 06	442 07	459 76	478 14	497 27	517 16	537 84
C	421 40	438 04	455 00	472 11	489 06	506 00	523 01	540 04	557 07	574 90	592 90

ÍNDICE DE PREÇOS DE CONSUMO - MÊS DE JANEIRO DE 1994

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	1 75	1 80	1 85	1 90	1 95	2 00	2 05	2 10	2 15	2 20	2 25
B	2 30	2 35	2 40	2 45	2 50	2 55	2 60	2 65	2 70	2 75	2 80
C	2 85	2 90	2 95	3 00	3 05	3 10	3 15	3 20	3 25	3 30	3 35

VIGILÂNCIA SÉTIMANO DE 1994

TABELA XIV

TABELA DE PREÇOS AL DO DIA 1º DE JANEIRO DE 1994

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	413 23	422 00	430 19	438 04	446 44	454 07	462 04	470 04	478 19	486 08	493 66
B	463 30	477 88	493 00	508 72	525 06	542 07	559 76	578 14	597 27	617 16	637 84
C	521 40	538 04	555 00	572 11	589 06	606 00	623 01	640 04	657 07	674 90	692 90

VENCIMENTO SETEMBRO DE 1994

TABELA XVI

SOMARIO DA POLICIA CIVIL

VENCIMENTOS

C A R G O S	1ª CLASSE	2ª CLASSE	3ª CLASSE	4ª CLASSE	5ª CLASSE
ESCRIVAO DE POLICIA	209.74	193.93	177.56	166.20	-
INVESTIGADOR DE POLICIA	-	-	-	-	151.15
MACILUSOPISIA	154.47	147.14	140.13	133.46	-
TECNICO DELEG. POLICIAL	-	-	-	-	-
TECNICO MAQUIL. POLICIAL	128.74	122.61	115.77	111.21	-
OFICINHEIRO DELEG. POLICIAL	113.56	110.06	104.82	99.83	-
LEIENIR MACILUSOPISIA	-	-	-	-	-
AVULSOS MAQUIL. POLICIAL	-	-	-	-	-
AUXILIAR DE MACILUSOPISIA	-	-	-	-	-
ALFABETIZADOR	173.58	-	-	-	-
MACILUSOPISIA	209.44	-	-	-	-

VENCIMENTO SETEMBRO DE 1994

TABELA XV

SOMARIO DA POLICIA CIVIL - PERITOS

VENCIMENTOS

C A R G O S	1ª CLASSE	2ª CLASSE	3ª CLASSE	4ª CLASSE	5ª CLASSE
MACILUSOPISIA	209.74	193.93	177.56	166.20	151.15
INVESTIGADOR DE POLICIA	209.74	193.93	177.56	166.20	151.15
MACILUSOPISIA	154.47	147.14	140.13	133.46	-
TECNICO DELEG. POLICIAL	-	-	-	-	-
TECNICO MAQUIL. POLICIAL	128.74	122.61	115.77	111.21	-
OFICINHEIRO DELEG. POLICIAL	113.56	110.06	104.82	99.83	-
LEIENIR MACILUSOPISIA	-	-	-	-	-
AVULSOS MAQUIL. POLICIAL	-	-	-	-	-
AUXILIAR DE MACILUSOPISIA	-	-	-	-	-
ALFABETIZADOR	173.58	-	-	-	-
MACILUSOPISIA	209.44	-	-	-	-

VIGENCIA SETEMBRO DE 1994

TABELA XVII
QUADRO DA POLICIA MILITAR

FUNCAO DE NIVEL DE APERFEIÇOAMENTO SUPERIOR

POSTO/GRADUAÇÃO	S U L D O
-----------------	-----------

CORONEL	534.61
---------	--------

TENENTE-CORONEL	481.14
-----------------	--------

MAJOR	454.42
-------	--------

FUNCAO DE NIVEL SUPERIOR

CAPITAO	301.20
---------	--------

1o. TENENTE	265.98
-------------	--------

2o. TENENTE	230.43
-------------	--------

ASST. A OFICIAL	191.81
-----------------	--------

FUNCAO DE NIVEL ACADEMICO

ALUNO DE 3o. ANO	100.00
------------------	--------

ALUNO DE 2o. ANO	146.50
------------------	--------

ALUNO DE 1o. ANO	100.67
------------------	--------

FUNCAO DE NIVEL TECNICO

SC TENENTE	168.91
------------	--------

1o. SARGENTO	160.46
--------------	--------

2o. SARGENTO	156.40
--------------	--------

3o. SARGENTO	147.66
--------------	--------

FUNCAO DE NIVEL MEDIO

CABO	139.48
------	--------

SOLDADO 1a. CLASSE	134.95
--------------------	--------

SOLDADO 2a. CLASSE	111.34
--------------------	--------

Ofícios:**OFÍCIOS**

Sob o n° DTL/SAT/238/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n°:

108/94: Do Poder Executivo, que cria o Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO e estabelece critérios quanto ao seu funcionamento, o qual convertido em lei tomou o n° 10.898. **Anote-se - Arquivar-se.**

Sob o n° 1482/94, do Senhor Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório de Atividades desenvolvidas por aquele Tribunal de Contas, durante o 2° trimestre de 1994. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 214/94, do Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando cópia do Acórdão n° 2021-0.E., proferido nos Autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 12.271-0, de Curitiba, em que figura como autor o Governador do Estado do Paraná, sendo interessada a Assembléia Legislativa do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 680/94-K, do Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa - Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando modificação do anteprojeto que objetiva alterar a Lei n° 7.297, de 8 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), e esclarecendo que a retificação efetuada não mudou a essência do aludido anteprojeto, mas tão somente ordenou, consoante a lei que se pretende alterar, a lista das Comarcas de entrância intermediária e inicial (art. 209, II e III), incluindo as que passaram de uma entrância para outra (Colorado, Guaratuba, Palotina, Porecatu), bem como aquelas que foram criadas no anteprojeto (Cantagalo, Iretama, Roncador, Sarandi). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° ATCC 7300/94, do Senhor Luís Gastão Franco de Carvalho - Secretário-Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Ovídio Constantino, que pede esclarecimentos sobre "Ocupantes de Cargos de Comissão DAS, lotados na Casa Civil". **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 1097/94, do Senhor José Carlos Tibúrcio - Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede es-

clarecimentos sobre Publicação e Distribuição do Livro "Produzir sem Destruir". **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Indicação:**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Os Deputados, líderes de partido, que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem proceder a indicação dos membros para compor a Comissão de acordo com o § 4° do Art. 1° da Lei n° 10.702, de 30 de dezembro de 1993.

PMDB - Dep. Djalma de Almeida César

PP - Dep. Nilton Barbosa

PTB - Dep. Hermas Brandão

PDT - Dep. Paulo Maia

PFL - Dep. Élio Rusch

Sala das Sessões, em 30.08.94.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Líder do PMDB

JOSÉ ARTHUR RITTI - Líder do PP

ERONDY SILVÉRIO - Líder do PTB

PAULO MAIA - Líder do PDT

ÉLIO RUSCH - Líder do PFL

Requerimentos:**REQUERIMENTO N° 2058**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER preferência de votação ao Projeto de Lei n° 224/94, item 9 da Ordem do Dia de hoje (30/08/94).

Sala das Sessões, em 30.08.94.

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO N° 2077

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.08.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2059

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inversão total da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 30.08.94.

(a) JÚLIO BIFON

REQUERIMENTO N° 2061

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, votação em bloco para as Proposições de Veto n° 053/94, aposto ao Projeto de Lei n° 185/94; 054/94, aposto ao Projeto de Lei n° 146/94 e 059/94, aposto ao Projeto de Lei n° 172/94, itens 1, 2 e 3, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 30.08.94

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 2062

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Sr. Henrique de Paula, aos 50 anos de idade, ocorrido nesta data, na cidade de Maringá.

Pertencente a uma família cujo nome está intimamente ligado ao surgimento e a história de São Jorge do Ivaí, Henrique de Paula destacou-se como bravo lutador pela conquista do civismo, da autonomia e do desenvolvimento regional.

Homem de ilibada conduta e de intocável representação profissional, com seu passamento fica aberta uma grande lacuna no seio da família, bem como todo o seu grande círculo de amizades.

Casado com a Sra. Maria de Lourdes Cella de Paula, deixou ainda, 2 filhas - Fernanda e Eloisa.

O seu destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos do Sr. tem muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo.

O seu passamento deixa consternada não só a população de São Jorge do Ivaí, mas de toda a região noroeste do Estado, e, como representante daquela região, sentimo-nos no dever de externar aqui, nosso profundo pesar e nossa inteira solidariedade aos seus familiares.

Requer ainda, que da decisão do Plenário, seja dada ciência a família enlutada, aos cuidados da METERPOL - Sr. Antonio de Paula, Praça Santa Cruz, s/n° - São Jorge do Ivaí/PR - CEP: 87.190-000.

Sala das Sessões, em 30.08.94

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 2063

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário voto

de pesar, pelo falecimento do Sr. Luiz Carlos de Paula, ocorrido dia 17 de julho.

Pessoa de muitas amizades que com seu passamento deixará amigos e parentes enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua L n° 20, Jardim Santa Edwrigens, Distrito de Periquitos, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30.08.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 312/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O art. 14 da Lei Estadual n° 8.925/88 fica acrescido de mais um inciso:

"Art. 14 - São isentos do pagamento do IPVA os veículos: (...)

IX - utilizados por instituições religiosas, exclusivamente no exercício da atividade religiosa."

Sala das Sessões, em 30.08.94

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Juridicamente, isenção é conceituada como limitação constitucional do poder de tributar, prevalecendo o entendimento de que não se deve interpretá-la restritivamente, mas sim ampliativamente.

O artigo 14 da Lei Estadual n° 8.925, de 28.12.88, trata das isenções do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, não constando em sua redação original isenção para os veículos de propriedade das instituições religiosas.

Mas, temos na doutrina predominante, da mesma forma que na jurisprudência mais recente, a afirmação que nenhum imposto deve incidir sobre os templos de qualquer culto, englobando no conceito de templo não apenas a edificação, mas tudo quanto seja ligado ao exercício da atividade religiosa.

Nessa esteira, temos Ives Gandra Martins em Comentários à Constituição Federal de 1988 - vol. 6 - Editora Saraiva/1990, que nos diz o seguinte:

"Entendo que não apenas o prédio em que o culto ocorre, mas todas as atividades e bens correlatos são isentos, desde que dirigidos às suas finalidades superiores."

Devido às divergências, algumas delegacias da Receita Federal têm recolhido o referido imposto sobre veículos dessas instituições, enquanto outras já o estavam isentando, provocando muita confusão entre os contribuintes.

Assim, urgente se faz a regulamentação da matéria, já que não há previsão legal de isenção para os veículos de propriedade

das instituições religiosas na lei supra citada. Acrescente-se ainda, que o objetivo maior dessas instituições é a assistência espiritual e muitas vezes até mesmo material ao ser humano, sendo a isenção aqui proposta mais do que justa e merecida.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 311/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O "caput" do artigo 292, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 292 - Os funcionários, ou servidores policiais civis, que em 1º de agosto de 1994, estavam lotados ou à disposição da Central de Apoio ou em outras Unidades Policiais Civis, não abrangidos pelo disposto no artigo 13 da Lei nº 7424, de 18 de dezembro de 1980, poderão participar de processo seletivo interno para ingresso nos cargos previstos pelo Anexo III, desta Lei, observado o seguinte:"

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.08.94

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora propomos, possibilita a todos aqueles, integrantes da Polícia Civil, os quais não foram abrangidos pelo Decreto nº 10.167/89, a realizar o Curso Específico, junto à Escola de Polícia.

Deste modo, pedimos o apoio dos nobres colegas, para que apoiem esta nossa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PFL - (Declina).

PP - (Declina).

PTB - (Declina).

PL - (Declina).

PT - (Declina).

PDT - (Declina).

Liderança do Governo. Concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em períodos que antecedem as eleições, como este que estamos vivenciando, têm sido comum, infelizmente, certas posturas equivocadas de ataque de candidatos que, em vez de se preocupar em apresentar propostas e orientar os eleitores, tratam tão

somente de tentar enlamear homens públicos. É comum, igualmente, vicejarem boatos, panfletos, apócrifos denunciando situações supostamente irregulares, envolvimento escabrosos, etc. Infelizmente, as inverdades muitas vezes se sobrepõe ao quadro real.

Como político que prima pela verdade, e como homem público que não se deixa levar pela boataria e tampouco é conivente com estas tentativas de enodoar figuras de respeito ou de desvirtuar ações implementadas pela administração estadual, resolvemos que era necessário ocuparmos esta Tribuna para esclarecer algumas situações, até como dever de cidadão.

Preocupa-nos muito, Senhores Deputados, o avançar de boatos, inclusive lançados por membros desta Casa, que dizem respeito à área da Educação. Uma área, é preciso ressaltar, que foi priorizada pela Administração do Governador Roberto Requião e continua sendo agora na gestão do Governador Mário Pereira e que, por isso mesmo, vem experimentando significativos saltos quantitativos e qualitativos, ao ponto de hoje servirmos de exemplo para outros Estados e sermos avalizados pelo Ministério da Educação.

A onda de boataria tenta jogar a população contra a Secretaria de Estado da Educação em função de um suposto inchaço do quadro de funcionários da Pasta. Dizem, os boateiros, que a folha de pagamento engordou a olhos vistos, que tem gente saindo pelo ladrão.

Ora, quanta insensatez, quanta maldade. Temos que esclarecer que está até faltando professor, dado um quadro de redução de profissionais qualificados que saem das faculdades.

As contratações de pessoal efetuadas pela Secretaria da Educação, tanto para funções de docência como administrativas, decorrem e se justificam em virtude de uma série de peculiares situações.

Dentre elas podemos citar: a criação de novos cursos de 2º grau em todo o Estado - cursos que foram criados para atender à demanda e buscar universalizar esta modalidade do ensino público e gratuito; o aumento considerável de novas salas de aula em toda a rede estadual - a propósito, até o final do ano o Governo do Estado terá construído um total de cinco mil novas salas; o crescimento natural em termos de novos alunos que ingressam na escola a cada ano; o retorno aos bancos escolares de alunos que haviam desistido de estudar no primeiro semestre.

Só estes exemplos já bastariam para justificar as corretas e necessárias contratações realizadas pela Secretaria de Estado da Educação. Mas podemos relacionar ainda outras situações que exigiram, e

continuarão exigindo, profissionais do Magistério.

O Estado precisa de professores de 1º grau em municípios que não assumiram o compromisso constitucional de atender aos estudantes de 1ª a 4ª série. E neste caso se insere, infelizmente, Curitiba, a nossa Curitiba que aos olhos dos que estão distantes aparenta ser politicamente correta.

Por falar em Curitiba e em Educação, não podemos deixar de registrar uma situação que consideramos paradoxal: neste ano, a Prefeitura bradou aos quatro ventos que estava lançando um novo material didático, denominado.

Lições Curitibanas; qual não foi nossa estranheza quando soubemos que este material chega somente às mãos dos alunos matriculados em escolas municipais, ou seja, é negado aos escolares da rede pública estadual que frequentam escolas da Capital. Está aí o paradoxo: o estudante curitibano da rede estadual desconhecerá estas Lições Curitibanas, pois está sendo discriminado, está sendo rotulado como um cidadão de segunda categoria.

Bem, mas voltando à questão que nos motiva a ocupar esta Tribuna: A Secretaria de Estado da Educação está contratando professores porque também é responsável ao atendimento dado às crianças e jovens nos Centros de Atenção Integral à Criança - CAICs; porque é responsável pela cessão de professores às entidades filantrópicas que atendem pessoas portadoras de deficiências.

A Secretaria da Educação não foge destes compromissos, porque sua preocupação primeira é o cidadão, é a realização da plena cidadania, que começa pelos bancos escolares.

A contratação de pessoal se justifica ainda pela grande movimentação na área do Magistério, com aposentadorias especiais, licenças maternidade, licenças para tratamento de saúde, exonerações.

São situações que exigem reposição de professores imediatamente, para não se comprometer a qualidade do ensino ministrado aos paranaenses.

Hoje em dia, o quadro de pessoal da SEED chega perto de 96.831 professores, dos quais 26.426 exercem funções administrativas. Se a folha de pagamento da Secretaria da Educação é expressiva, não se pode dizer que ela é um fardo, um ônus.

Ou alguém é contrário que se invista em Educação. Vale ressaltar que o que se gasta com Educação ainda é pouco e que os professores efetivamente precisam ter seus salários melhorados. Esperamos que à época em que as finanças públicas se equilibrarem e estamos jogando com a certeza do sucesso do Plano Real, à época em que melho-

Curitiba, terça, em 30.08.94

rar a performance da arrecadação, e nisso também torcemos pelo sucesso do Plano Real e o governo tiver condições de aumentar os salários, não venha alguém também reclamar que a Folha de Pagamento da Educação engordou.

Educação para o Governo Requião foi prioridade, educação para o Governo Mário Pereira é prioridade, assim como educação para o Governo Álvaro Dias foi prioridade. Investimentos em educação - para Álvaro, para Requião e para Mário Pereira são prioritários, o resto são boatos inconsequentes. O resto são atitudes de pessoas que jogam do quanto pior melhor, mas que não jogam, com certeza, na melhoria da qualidade do ensino e da educação em nosso Estado.

Eram estas, Sr. Presidente, as nossas palavras no Horário da Liderança do Governo. Muito obrigado!

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Só queria registrar que hoje, 30 de agosto, é dia de luto da Educação no Paraná. Os professores estaduais hoje fizeram um manifesto em todo o Paraná, as escolas fecharam, a propósito do discurso feito pelo Deputado José Tavares que falou tanto em educação no Paraná, falou tanto em investimento mas me parece que não é isso que disseram hoje, os professores! Seria até interessante verificar alguns núcleos do interior do Estado que, falta professor sim, mas tem funcionário demais.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra com satisfação a presença entre nós do Dr. Luiz Gastão Franco de Carvalho, Digníssimo Secretário Chefe da Casa Civil - do Governo Mário Pereira que comparece ao recinto desta Assembléia, durante a Sessão Plenária, para nos trazer em mãos, a Mensagem 103/94 que trata do reajuste nos níveis de vencimentos dos Cargos Efetivos, em Comissão e Funções Gratificadas dos Servidores Cíveis, Militares, Ativos e Inativos a partir do dia 1º de setembro. Solicitamos ao 1º Secretário, Deputado Luiz Carlos Zuk, que leia os termos da Mensagem de S.Exa. o Sr. Governador para que a Mesa conste como lida no Expediente e possa tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda no horário das Lideranças a palavra é concedida ao PMDB. Declina.

PSDB. Declina.

Encerrado o horário das Lideranças passaremos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 103/94,

subscrita pelo Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que visa reajustar, a partir de 01 de setembro do corrente ano, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares ativos e inativos, e os salários do pessoal contratado nos termos da Lei n° 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo. **A Diretoria Legislativa para anotar.**

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n° 224/94, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Retirado pelo autor.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Júlio Bifon, constante do expediente, solicitando a inversão total da Ordem do Dia da presente sessão ordinária. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições de Veto n°s 053/94, aposto ao Projeto de Lei n° 185/94; 054/94, aposto ao Projeto de Lei n° 146/94; e 059/94, aposto ao Projeto de Lei n° 172/94, itens 01, 02 e 03, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Desejo, neste momento, informar à Assembléia Legislativa que, há cerca de 15 dias atrás houve uma reunião na Sala das Comissões, com o Senhor Secretário da Saúde - na qual estavam presentes o Líder do Governo, Deputado José Tavares; representando o PDT, o Deputado Zuk e eu; e mais algumas entidades da sociedade civil.

Naquela reunião ficou deliberado que formaríamos uma Comissão para discutirmos o Conselho Estadual de Saúde, o novo projeto de lei. Os Deputados Zuk e José Tavares indicaram a minha pessoa para fazer parte de tal Comissão.

Então, desejo informar aos Senhores Deputados, que amanhã realizaremos a última reunião desta Comissão, no período da manhã, junto com o Senhor Secretário da Saúde, vindo, "a posteriori", uma proposta para ser aprovada pelas Bancadas, como Substitutivo aos projetos de minha autoria e do Governo, que hoje tramitam.

Assim explico a esta Casa a minha ausência amanhã pela manhã, e esclareço também sobre os trabalhos desta Comissão que vêm se realizando - felizmente a contento e dentro do prazo que foi determinado, que era de concluir até o dia 31. Amanhã concluiremos a proposta do Substitutivo, e por isso estarei ausente, Senhor Presidente, para estar em reunião com o Senhor Secretário, às 9 horas, na Secretaria de Estado da Saúde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência aguarda manifestação de Vossa Excelência e do Líder do Governo quanto a inclusão, na Ordem do Dia, do projeto que cria o Conselho Estadual de Saúde.

Esta Presidência comunica ao Plenário que a votação da proposta de aumento aos servidores públicos, bem como a apreciação deste Plenário do veto aposto a alguns dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, será apreciado por este Plenário na Sessão do próximo dia 12 de setembro.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, por entendimento hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, ficou deliberado que esta Mensagem que trata do reajuste do pessoal, receberia ainda neste dia, parecer da Comissão de Constituição e Justiça, evitando-se que houvesse um atraso maior que impossibilitasse a implantação deste reajuste do pessoal.

Devido a este entendimento, acreditamos ser também melhor para a Casa, que fizéssemos a inclusão na Ordem do Dia de amanhã, para 1ª Votação, e se necessário, até uma Sessão Extraordinária e resolveríamos este assunto, visto que estaremos entrando, na semana seguinte, na Semana da Pátria e a C.C.J. só volta a se reunir no dia 13 de setembro.

Esta é uma decisão tomada na C.C.J. e que creio que seria bom, inclusive para a própria Casa, que agilizaria a situação em termos de funcionalismo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Paulo Maia, realmente aguardamos esta reunião da C.C.J., e esperamos que não só a C.C.J., mas também a Comissão de Finanças, presidida pelo Deputado Lourenço Fregonese, possam se reunir entre hoje e amanhã, para que tenhamos estes pareceres. A intenção nossa é de colocar o aumento dos Servidores Públicos no dia 12 de setembro, que é uma segunda-feira, e termos a matéria aprovada entre 12 e 13 de setembro, o que não acarretaria nenhum prejuízo na implantação deste ajuste de vencimento na folha de setembro, já que é um aumento para o mês de setembro.

Devo esclarecer também que a intenção nossa, ao anunciar para o dia 12 de setembro, é para que tenhamos neste dia também, quórum suficiente para deliberarmos a respeito dos vetos apostos à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que terão que ter também uma deliberação deste Plenário, sem o que o Poder Executivo não poderá fechar a sua proposta de orçamento para o ano de 1995, que deve chegar a esta Casa até final de setembro.

Então, desde que a C.C.J. e a Comissão de Finanças emitam seus pareceres, tenho certeza que no dia 12 de setembro teremos esta lei aprovada e será ela remetida ao Senhor Governador para sanção, publicação e implantação na folha de pagamento.

O SR. PAULO MAIA - Veja bem, Senhor Presidente, acho que são assuntos distintos, e se as Comissões respectivas derem os pareceres ainda hoje, poderíamos antecipar, porque caso não venha dar quórum na sessão prevista, conforme Vossa Excelência diz, nós poderemos ter prejuízos que com certeza inviabilizarão essa ação da Assembleia, essa agilização. Por serem assuntos distintos, a nossa sugestão é que se emitisse os pareceres hoje, amanhã entrasse na Ordem do Dia, encerrávamos esse assunto e ficávamos na dependência apenas da LDO e os respectivos vetos.

É a sugestão que passamos à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Recebemos a sugestão de Vossa Excelência, e aguardamos os pareceres, e se for entendimento das demais lideranças nós poderemos convocar sessões extraordinárias logo após a sessão ordinária que marcaremos amanhã de manhã.

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Deputado Júlio Bifon, acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/94, de autoria do Deputado Paulo Maia, que declara de Utilidade Pública o Instituto Pró Cidadania de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 77, de 15.06.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 224/94

P A R E C E R:

Analisando o projeto de lei em epígrafe, pela documentação acostada ao processo, verifica-se adequar-se às exigências determinadas por lei.

Desta forma, não encontramos qualquer óbice para sua normal tramitação até final

deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Sessões, em 16.08.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/94, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Prudentópolis, área de terra, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 220/94, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que altera redação do art. 1º e parágrafo único da Lei nº 9363/90, que concede pensão especial à Senhora Miriam de Oliveira Camargo Rodrigues, viúva do ex-Prefeito de Santo Antonio da Platina, Senhor Jamidas Antunes Rodrigues. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Em votação.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós do PT não temos votado favorável a projetos de lei que concedem especificamente pensões para uma ou outra pessoa, porque nós poderíamos apresentar inúmeros projetos com tal teor, uma vez que são inúmeras as viúvas de trabalhadores que hoje não percebem pensão nenhuma.

Poderíamos apresentar projetos de trabalhadores que morreram vítimas de acidente de trabalho, vítimas da repressão como Teixeira, e outros. Portanto a Bancada do PT vota contrário, encaminha contrário a concessão de pensão a viúvas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa que nesse caso não se trata de uma concessão de pensão. A pensão já existe, está apenas se propondo que ao invés de perceber somente 24,71 reais, que a mesma passe a receber, a exemplo de outras pessoas concedidas, dois salários mínimos.

O DR. ROSINHA - Entendemos dessa maneira, só não queríamos entrar em detalhes, mas nós somos contrários do mesmo jeito, sabemos que era alteração, já há um projeto de lei que concede. Portanto se somos contrários à concessão, somos contrários ao reajuste.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Me-

sa registra a posição contrária da Bancada do PT. **Está aprovado o projeto.**

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 186/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Estado para a Prefeitura Municipal de Santo Inácio. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. E C.O.P.T.C.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.^a DISCUSSÃO.

Apreciaremos nesse turno só a Emenda aprovada em 2.^a discussão.

Em votação a Emenda.

Aprovada.

O SR. JOSÉ ARTUR RITTI - No item 07 queria que se registrasse meu voto em contrário, acompanhando a Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre o voto contrário do Deputado José Artur Ritti ao Projeto de Lei n° 220/94.

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 183/94, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de Santa Fé, conforme especifica. **Aprovado.**

ITEM 06

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 001/92, de autoria dos Deputados Severino Félix e Orlando Pessuti, que autoriza a realização do plebiscito no Distrito de Tamarana a ser desmembrado do Município de Londrina, e com limites e confrontações conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, regimentalmente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Antes que as providências sejam adotadas para chamada nominal e verificação de votação, esta Presidência recebe e comunica aos Senhores Deputados os seguintes requerimentos de lideranças.

Os Deputados, líderes de partidos, que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vêm proceder à indicação dos membros para comporem a comissão, de acordo com o § 4º, ar-

tigo 1º, da Lei n° 10.702, de 30 de dezembro de 1993, que trata da venda das ações da COPEL.

PP - Nilton Barbosa.

PTB - Hermas Brandão.

PDT - Paulo Maia.

PFL - Élio Rusch.

O PMDB indicará oportunamente.

À Diretoria Legislativa para as providências.

Concedo a palavra ao 1º Secretário para a chamada nominal a fim de procedermos à verificação de quórum sobre o Projeto de Resolução n° 001/92.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Toti Colaço) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vinte e dois Senhores Deputados responderam à chamada.

Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

A Presidência coloca em discussão os itens 3, 2 e 1 da Ordem do Dia e encerra a discussão.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 059/94, Veto aposto ao Projeto de Lei n° 172/94, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tapejara, área que especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. **Encerrada a discussão.**

OF/DTL/SAT n° 231/94

Curitiba, 22 de julho de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 178/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 172/94, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Tapejara, as datas de terras que especifica, com área total de 3.430 m², incluindo uma edificação em madeira, com 904,00 m², conforme transcrição n° 17.456, do Livro 3-N, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste.

Embora louvável a preocupação do autor, nobre Deputado Dirceu Silveira Manfrinato, o projeto de lei em epígrafe não pôde merecer acolhimento pelo fato de conter impropriedade em sua redação, que po-

deria inviabilizar a aplicabilidade da lei, no ato de registrar-se a área em favor do Município, eis que a benfeitoria indicada no art. 1º, não consta da transcrição nº 17.456 e sim da de nº 12.116, do Livro 3-H, do mesmo Registro Imobiliário.

Além do mais, a edificação ali existente, considerada sua grande dimensão, poderá, quando necessário, sediar órgãos da administração estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 172/94, encontra-se publicado no D.A. nº 59, de 17.05.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 059/94

VETO INTEGRAL APOSTO AO

PROJETO DE LEI Nº 172/94

P A R E C E R:

Procedemos à análise, no âmbito desta Comissão Técnica, do Veto Integral aposto pelo Governador do Estado ao Projeto de Lei nº 172/94, de autoria do ilustre Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tapejara a área que especifica.

Concluimos que o Veto Governamental ocorreu na observância dos prazos constitucionais, merecendo, portanto, ser acolhido por este Poder Legislativo, cabendo, no entanto, ao Plenário, a apreciação sobre o mérito da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 054/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 146/94, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de Verê. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

OF/DTL/SAT nº 167/94

Curitiba, 05.07.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 156/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da

Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 146/94, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Verê a área de terras constituída do Lote 03, da Quadra nº 57, situada na Rua Princesa Izabel, naquela Cidade, com 797,00m2, contendo um prédio de alvenaria com 167,00m2.

Não obstante a boa intenção do autor, Deputado Ademar Luiz Traiano, em dotar a Câmara Municipal de Verê de condições adequadas ao exercício de suas atividades, o questionado plano de lei não pôde merecer acolhimento, face informações da Secretaria de Estado da Educação, esclarecendo que no referido local funciona, atualmente, o Escritório Modelo do Curso de Contabilidade do Colégio Estadual "Arnaldo Bussato" - Ensino de 1º e 2º Graus, bem como o Setor de Documentação Escolar do Município, mediante transferência da Secretaria de Estado da Fazenda e que o Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão, não poderá desocupá-lo, pois, do contrário, haveria necessidade da alocação de outros prédios para sediarem os mencionados setores.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 146/94 encontra-se publicado no D.A. nº 49, de 28.04.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO GOVERNAMENTAL - PROPOSIÇÃO Nº 054/94

PROJETO DE LEI Nº 146/94

P A R E C E R:

Analisando o Veto Governamental em epígrafe, o mesmo encontra-se em plenas condições para ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Sessões, em 16.08.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 053/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 185/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Lar Santo Antônio, com sede e foro no Município de Cambé. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

OF/DTL/SAT Nº 192/94

Curitiba, 12.07.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 164/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 185/94, de autoria do nobre Deputado Durval Amaral, em razão do fato da Entidade nele mencionada já ter sido declarada de utilidade pública, através da Lei n° 10.649, de 14 de dezembro de 1993.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei em causa, que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para reiterar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 185/94, encontra-se publicado no D.A. n° 64, de 24.05.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 185/94

P A R E C E R:

A propositura em exame, de autoria do Deputado Durval Amaral, sobre declaração de Utilidade Pública ao "Lar Santo Antônio", com sede e foro no Município de Cambé-PR, foi vetada pelo Executivo, através da Proposição n° 53/94, em razão de ter sido declarada como tal pela Lei n° 10.649 de 14.12.93.

Sob aspecto jurídico, a negativa oficial foi proposta dentro do prazo preconizado pela Constituição do Paraná, através do § 1° do art. 71, pelo que emitimos parecer favorável à sua apreciação pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 09.08.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, requerimento n° 2077, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2063, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2062, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 31, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 053, 054 e 059/94.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 001/92.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 220 e 224/94.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 260 e 304/94.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 14.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e noventa e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Luiz Carlos Zuk. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Annibelli apresentou redação final ao Projeto de Lei n° 214/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 050/94, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, aos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK - Presidente

Elisa Sotomaior Maruska - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

4.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 11.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias, do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, presidida pelo Sr. Deputado Namir Piacentini. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia. 1) Projeto de Lei n° 178/94 de autoria do Deputado Nelson Justus. Relator Arlindo Troian. Parecer CONTRÁRIO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Sandra Zampier, Secretária da Comissão.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

Sandra Zampier - Secretária